

Debate sobre política para hidrelétricas deve ser amplo

Está em curso uma mudança importante na postura do governo em relação à autorização para o funcionamento de hidrelétricas que merece ser analisada em toda a sua abrangência e implicações a curto, médio e longo prazos. É preciso que vozes de todos os matizes e interesses se manifestem para que a transição de uma política para outra ocorra sem prejuízos para as gerações futuras.

No mês passado, soube-se a quantas andam os estudos e debates no governo sobre como agilizar o licenciamento ambiental de usinas hidrelétricas. Técnicos dos ministérios de Minas e Energia e do Meio Ambiente iniciaram no primeiro semestre discussões sobre eventuais modificações no processo de obtenção das licenças. A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) defendem que a análise dos estudos de inventário de um rio - o primeiro passo na identificação dos potenciais hidrelétricos de uma bacia hidrográfica e o momento em que se estabelece a melhor divisão das quedas d'água - seja feita paralelamente por todos os órgãos envolvidos nos trâmites do licenciamento.

Pelo modelo em vigor, apenas a Aneel faz o inventário de um rio. Só depois da sua aprovação são conduzidos estudos de viabilidade técnica e de impacto ambiental, o EIA-Rima, necessário para obter licença prévia. A Aneel e a Empresa de Pesquisa Energética acreditam que, se órgãos como o Ibama e a Agência Nacional de Águas (ANA) participarem desde o início da análise dos estudos de inventário, será possível olhar as futuras usinas de maneira global e, assim, evitar obstáculos que possam paralisar adiante os projetos. A idéia é ter a licença prévia, que atesta a viabilidade ambiental do projeto e permite a realização dos leilões das hidrelétricas, logo após a aprovação do inventário e para todas as usinas do rio analisado. As contrapartidas ambientais específicas de cada usina ficariam para a etapa seguinte do licenciamento, da licença de instalação, que autoriza o início efetivo das obras.

Maurício Tolmasquim, presidente da EPE, afirmou ao Valor que "ninguém está pleiteando um afrouxamento da questão ambiental, mas uma racionalização do processo." Segundo ele, houve uma "conversa inicial" entre as áreas ambiental e energética do governo para otimizar os trâmites sem diminuir o rigor do licenciamento. Para o diretor-geral da Aneel, Jerson Kelman, a análise do estudo de inventário "é o único momento em que se olha a bacia integrada, é a fase em que se tomam as grandes decisões". Por isso, ele pede a avaliação simultânea do Ibama e da ANA, e defende que a concessão da licença prévia para toda a bacia já dê um sinal, da área ambiental, sobre os locais onde podem ser construídas hidrelétricas.

Recentemente, o Banco Mundial, contratado pelo governo brasileiro para dar uma visão independente sobre a polêmica ambiental envolvendo obras de infra-estrutura, divulgou relatório em que defende a exploração do potencial hidráulico do país, inclusive na região amazônica, e aponta as causas do

atraso de projetos de usinas hidrelétricas no país. A primeira razão seria a demora na concessão da licença ambiental, que numa fase chega a um atraso de um ano; além disso, contribuem para a demora a falta de planejamento do governo federal e as interferências do Ministério Público.

Na pesquisa "Licenciamento ambiental de empreendimentos hidrelétricos no Brasil", os técnicos do banco dividiram responsabilidades pelo atraso nos projetos entre vários órgãos governamentais. O texto diz que a "lentidão do licenciamento ambiental não é o único vilão" do processo e cita também a falta de investimentos em "estudos de inventário de bacias e análises de viabilidade de novos empreendimentos" por parte do governo como responsável pelo atraso em projetos do setor elétrico. As projeções indicam crescimento anual de 4,4% na demanda de energia e, para supri-la, é preciso explorar o potencial hidráulico do país, do qual apenas 30% estão em operação ou construção, diz o estudo.

A essa avaliação se contrapõem as entidades de defesa do meio ambiente, que alegam que os estudos para aprovação de obras como uma usina hidrelétrica são mesmo demorados e devem ser feitos com muito cuidado, com a análise detalhada de todos os impactos sobre a natureza. É importante, portanto, que haja um debate sobre as mudanças em curso para que a redução nos prazos de autorização de projetos tão necessários não seja acompanhada pelo desprezo às questões ambientais.

Debate sobre política para hidrelétricas deve ser amplo. Valor Econômico, Primeiro Caderno, Opinião, Editorial, A10,09/10/2008.